

O presidente quer que o programa do leite dê certo. Por isso, resolveu desenhar o cartaz da campanha.

O desenho que vai ilustrar o cartaz do programa de distribuição de leite às crianças carentes será de autoria do próprio presidente José Sarney. Nesse cartaz, que deverá ter milhões de exemplares distribuídos a partir do próximo dia 15 de janeiro, aparecerá um grupo de crianças separadas por uma faixa em diagonal com o nome do programa e um aviso incisivo: "É proibido vender ou repassar esse produto. Quem o fizer deve ser denunciado às autoridades".

Essa preocupação com a possibilidade de corrupção e má administração na distribuição do leite é confirmada pelo secretário especial de Ação Comunitária, Aníbal Teixeira. Ele recebeu recomendação expressa de Sarney para que faça constar a advertência no cartaz, e diz que, ao contrário da "Aliança para o Progresso", dos anos 60, o "Programa Leite" não frustrará a expectativa das famílias carentes. Não haverá estoque de produto esperando pela boa vontade dos políticos, e os produtores se sentirão estimulados, pelo consumo, a elevar suas cotas diárias de ordenha.

Segundo ele, o governo já está tomando algumas cautelas. Os tickets a serem distribuídos às famílias serão expedidos pelo Palácio do Planalto, e para que não haja falsificação será usado papel com linha d'água — o mesmo da carteira de motorista. Sua distribuição, contudo, ficará por conta dos executores do programa, isto é, as associações de bairros, igrejas e comunidades eclesiás de base. Para ter direito ao litro de leite diário, a família da criança terá de comprovar uma renda mensal inferior a dois salários mínimos. Os tickets poderão ser trocados, pelos revendedores, nas agências do Banco do Brasil.

Com isso, de acordo com Aníbal Teixeira, é de se esperar um aumento substancial na produção leiteira nacional — que na opini-

ção do governo estacionou devido à redução do valor real do salário mínimo. Ao preço de hoje, o leite gratuito vai significar uma economia de Cr\$ 120 mil mensais para quem receber até dois mínimos, e ao cabo de um ano o Brasil poderá ficar perto das estatísticas de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde são consumidos 120 litros de leite/ano per capita. Atualmente, o consumo nacional é de 23 litros/ano.

Apesar do entusiasmo do governo com esse programa, muita gente deixou claro ontem que não acredita no seu sucesso. O próprio líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, descontrôvera ontem ao falar sobre a questão. Isso porque, segundo os políticos, as crianças carentes estão em torno de 30 milhões e a produção leiteira perto de quatro milhões de litros: "Não confirmo nem nego a produção e não quero discutir números. Mas o projeto prevê um litro de leite para cada criança, e, assim, vamos desenvolver nossa produção de leite", disse.

Até o final de 1986, o Programa de Alimentação Popular — PAP — da Cobal deverá atender 12 milhões de pessoas em todo o País, segundo estimou ontem o presidente do órgão, João Felício Scardua, que já computa nas aplicações do próximo ano os Cr\$ 500 bilhões anunciados pelo pacote econômico do governo. Scardua assegurou que a Cobal estará mais presente nas periferias dos grandes centros urbanos e nas cidades de médio porte, ao mesmo tempo em que advertiu para uma rigidez no controle dos recursos. Não serão tolerados, segundo ele, desvio de gêneros de primeira necessidade, e em casos de denúncias comprovadas agirá dentro do rigor da lei, podendo os abusos serem punidos com prisão.

Com os Cr\$ 500 bilhões do pacote, explicou o presidente, a Cobal terá no próximo

ano Cr\$ 700 bilhões, sendo Cr\$ 200 bilhões oriundos da segunda fase do PAP, aprovado em maio passado. Com este recurso, a Cobal pretende ampliar a área de ação do PAP, que atualmente atinge 17 capitais (Macapá, Rio Branco e Boa Vista serão beneficiadas até meados de dezembro), incluindo cidades menores. Campina Grande, na Paraíba, será a primeira a contar com a cesta básica do PAP na rede da Cobal, e nas capitais nordestinas o programa estará presente juntamente com o que vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

A cesta básica do PAP, ainda de acordo com Scardua, contém em média 12 produtos, variando de região, e desde a sua implantação em setembro mobilizou mais de Cr\$ 100 bilhão em mercadorias. Os resultados, anunciados por ele, são os seguintes: oito milhões de quilos de gêneros alimentícios comercializados, numa média de 700 mil quilos por capital. Scardua destacou outro fator que vem merecendo o reconhecimento das comunidades onde o PAP vem atuando: os preços dos alimentos atingem cifras inferiores à média do mercado, numa base de 15% por produto. "Este era um compromisso do programa", afirmou o presidente da Cobal, informando que em São Paulo o diferencial de preço com os supermercados atingiu 22%; no Rio, 28%, e em Goiânia, 28%.

